



PROJETO DE LEI Nº 0042-11 DE 15 DE ABRIL DE 2011

Autoriza a Contratação Temporária de excepcional interesse público de Engenheiro Civil.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar Engenheiro Civil, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos a seguir descritos:

Cargo	Quantidade	Padrão	Vencimento Mensal	Carga Horária
Engenheiro Civil	1	11	R\$ 1.778,75	40 h/semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato será ultrapassar de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez, devido a excepcionalidade da contratação.

Art. 3º Ficam assegurados os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 08 de agosto de 1990.

Art. 4º A contratação do engenheiro civil será realizada através de processo público seletivo simplificado.

Art. 5º O Concurso Público para provimento efetivo do cargo de engenheiro civil no âmbito do Município, deverá ser realizado no exercício de 2011.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 15 DE ABRIL DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0042-11, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando à V.Sras., este anteprojeto de lei buscando autorização para contratação temporária de engenheiro civil.

O contrato visa a regularização na situação causada pela insuficiência de profissionais no quadro de cargos do município, para o acompanhamento e elaboração de projetos técnicos da área de engenharia civil.

O Município conta atualmente com um servidor, detentor de cargo de provimento efetivo, que exerce o cargo de Secretário Municipal de Obras, conforme informação de fls.03-verso, de acordo com o processo administrativo nº 87.190/2011, cuja cópia se anexa.

No quadro de cargos dos servidores públicos municipais, existem 02 (dois) cargos vagos criados (fls.03-verso).

No processo nº 87.190/2011 (fls.04-verso), há notícia de que no Concurso realizado em 2006, não houve concurso público para o respectivo cargo.

Devido ao grande número de obras e projetos em andamento, urge a contratação de profissional da área de engenharia civil, para fazer frente a demanda existente no Município.

O limite da despesa com pessoal do último quadrimestre é de 50,66%.

A contratação temporária dispensa o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, a teor do artigo 16, parágrafo primeiro, inciso I da lei de responsabilidade fiscal.

Estas são as razões que justificam o presente anteprojeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 15 DE ABRIL DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito